



Comissão de Educação e Ciência

05.dezembro.2018 – 14h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Fundação Monsenhor Alves Brás

Elementos identificados na [página da Comissão](#).

**Recebidos por:** Deputados Ana Sofia Bettencourt (PSD, que presidiu à reunião), Maria Augusta Santos (PS), Lúcia Araújo Silva (PS) e Ângela Moreira (PCP).

**Assunto:** Exposição das preocupações relacionadas com o estado atual do ensino profissional.

**Exposição:** A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD, que presidiu à reunião) cumprimentou a delegação presente, informou que a audiência não tinha sido feita antes devido aos trabalhos do Orçamento do Estado e indicou os tempos fixados para a audiência.

Os membros da delegação da [Fundação](#) indicaram o seguinte, em síntese:

1. São uma Instituição Particular de Solidariedade Social e começaram em 1991;
2. A Fundação é proprietária da Escola Profissional de Agentes de Serviço e Apoio Social;
3. Ministra cursos profissionais de nível 4 – de Técnico de Apoio à Infância e de Técnico de Turismo - e Cursos de Educação e Formação (CEF) para o 9.º ano;
4. Têm alunos com necessidades económicas;
5. Os alunos que concluem os cursos não estão desempregados e têm uma oferta de emprego superior às vagas do curso;
6. Entendem que a obrigatoriedade de os alunos se inscreverem nas escolas da área da sua residência não é adequada para o ensino profissional;
7. Este ano, a aprovação das turmas pelo Ministério de Educação foi tardia;
8. Não aceitam todos os alunos que se inscrevem nos cursos, dado que fazem uma entrevista aos candidatos e só depois fazem a inscrição e por isso foram penalizados;
9. A plataforma disponibilizada pelo Ministério teve um bloqueio e inviabilizou a inscrição de mais alunos;
10. Acompanham os alunos após o curso e constatam que 2/3 arranjam emprego imediatamente e os restantes vão para o ensino superior;
11. Verifica-se um financiamento tardio dos cursos, por ex: há alunos que fizeram um curso de 2 anos e o financiamento correspondente só está a chegar agora;

12. Prestam um serviço educativo a preços sociais;
13. Têm alunos com necessidades educativas especiais;
14. Têm docentes com formação específica na área dos cursos.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu a importância da vinda das instituições à Assembleia da República e considerou pertinente a questão levantada em relação à obrigatoriedade de inscrição na área de residência, tendo perguntado depois se nas proximidades da escola há outras com a mesma oferta formativa. Manifestou ainda agrado com o acompanhamento que fazem dos jovens após a conclusão do curso e com os resultados obtidos e pediu mais informação sobre a ida dos alunos para o ensino superior. A terminar, perguntou se a realização dos estágios desincentiva a ida para o ensino superior e o que fazem para a incentivar.

A Deputada Ângela Moreira (PCP) defendeu que o ensino profissional tem de ser valorizado e perguntou que incentivo dão aos alunos para irem para o ensino superior. Informou depois que o PCP apresentou um Projeto de Resolução sobre a valorização do ensino profissional. Considerou ainda que o financiamento por fundos comunitários é a razão do atraso do mesmo e o PCP discorda dessa solução. A terminar, perguntou se os 2/3 de alunos que obtêm emprego imediato ficam nas empresas onde fizeram o estágio ou se a escola ajuda os diplomados à procura de emprego.

A Deputada Ana Sofia Bettencourt (PSD) perguntou como é que funciona a definição da rede escolar e manifestou agrado pela empregabilidade dos diplomados, pelas saídas para o ensino superior e pelo acompanhamento feito pela escola. Perguntou depois qual o número de turmas aprovadas pelo Ministério da Educação e o número de alunos de cada nível.

Devolvida a palavra aos membros da delegação, estes referiram o seguinte:

1. No que respeita ao curso de manicura/pedicura, não há mais em Lisboa;
2. Investem muito no estágio (que fazem nos 3 anos dos cursos), com muito acompanhamento e sempre incentivando os alunos a continuarem no ensino, transmitindo a experiência de que estudar é bom e pode dar bons resultados. Dão apoios na disciplina de Português, para prepararem os alunos para o acesso ao ensino superior.
3. Alguns diplomados vão fazer cursos superiores mais tarde, depois de já estarem a trabalhar;
4. Todas as instituições onde fazem os estágios pedem mais estagiários;

5. Já tiveram 12 turmas e este ano têm apenas 7, sendo 5 do ensino profissional e 2 de CEF, pelo que estão um pouco abaixo da sustentabilidade da escola, até porque têm necessidade dum corpo docente permanente;
6. Em 2016 tinham 220 alunos e este ano só têm 162;
7. Este ano pediram uma turma de técnico de turismo e uma de técnico de apoio à infância;
8. Começaram a fazer as inscrições em 1/3/2018, mas o critério de residência dos alunos perturbou o processo;
9. No início de agosto o Ministério da Educação prorrogou o prazo de inscrição sem data limite, mas no final do mês fechou a plataforma e não permitiu mais inscrições, não tendo feito nenhum aviso prévio e quando em 18/9/2018 iniciaram as aulas havia muitos alunos que não tinham sido aceites, devido ao fecho da plataforma e também não tinham vaga noutras escolas;
10. Todos os docentes têm formação técnica na área dos cursos;
11. Muitos alunos são chamados pelas empresas onde estagiaram para trabalharem em part-time, o que às vezes dificulta a conclusão do curso;
12. As turmas CEF têm um apoio unitário de cerca de 47.720€ e a escola recebeu o montante de 2.833€.

A gravação áudio da audiência está disponível na [página da Comissão na internet](#), constituindo parte integrante deste relatório, o que dispensa maiores desenvolvimentos nesta sede.

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2018

A assessora  
*Teresa Fernandes*